A POLÍTICA DE EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: o papel do IFMA no processo de modernização do noroeste maranhense.

José Edilson do Nascimento[1]

[1] Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - IFMA. e-mail: edilson@ifma.edu.br

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que vem sendo implementada no Maranhão, destacando-se o papel desempenhado pelo Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Maranhão – IFMA, no processo de desenvolvimento do espaço maranhense. Nesse sentido, a educação profissional ganha importância, pois o mercado de trabalho se torna muito seletivo, exigindo uma mão-de-obra qualificada a ser absorvida pelos grandes projetos implantados, bem como por aqueles que estão sendo anunciados para se instalarem no estado do Maranhão. Analisa-se a distribuição geográfica dos Campi do IFMA, identificando os fatores utilizados para determinar a escolha dos municípios para sediar as unidades da Rede Federal. Finalizando, faz-se uma análise do papel do IFMA para o processo de modernização do noroeste maranhense, ou seja, para a área de abrangência da Ferrovia Carajás.

Palavras chaves: Desenvolvimento - Educação Profissional - Mercado de Trabalho - Modernização.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil tem papel fundamental no processo de globalização, pois ocupa posição regional privilegiada, destacando-se como principal economia da América do Sul. Já no cenário mundial a participação brasileira é mais modesta. Porém, mediante os recentes dados positivos alcançados pela economia do país, sobretudo a partir da estabilização econômica, que lhe transformou em uma das economias mais consolidadas e competitivas, a sua atuação tem sido ampliada, tanto regional quanto mundialmente.

Portanto, para que o Brasil permaneça aumentando sua importância na economia mundial, é indispensável que haja grandes investimentos em educação, ciência e tecnologia, pois somente assim será alcançado o desenvolvimento de qualidade. Também, é necessário que os investimentos alcancem todas as regiões do país.

Nesse contexto, insere-se o estado do Maranhão que embora apresente uma grande e vasta riqueza natural e cultural, mantém-se como um dos estados com os piores índices socioeconômicos do Brasil, destacando-se os relacionados aos aspectos educacionais. Dai a importância de políticas públicas de desenvolvimento baseadas em uma educação de qualidade.

Isto posto, observa-se uma forte razão pela qual a educação profissional e tecnológica passa a exercer um papel fundamental para o desenvolvimento local, regional e nacional, uma vez que possibilita aos lugares desenvolver-se de forma significativa.

Este artigo tem inicio com uma abordagem histórica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no país. Analisa-se a distribuição dos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, no espaço maranhense. Segue-se com as discussões sobre o papel do IFMA no processo de modernização da região noroeste do Maranhão. Por fim, são apresentadas as considerações finais obtidas a partir da execução da pesquisa.

2. HISTÓRICO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A história da Rede Federal Educação Profissional, Científica e Tecnológica teve inicio no governo de Nilo Peçanha, com a assinatura do Decreto nº 7.566 em 23 de setembro de 1909. Através desse decreto foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices em diferentes unidades da federação sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Estas escolas tinham como objetivo ofertar ensino profissional gratuito de nível primário.

O ensino técnico, profissional e industrial foi tratado de forma especifica pela primeira vez na Constituição de 1937. Neste documento legal o ensino profissional como destinado às classes menos

ISBN 978-85-62830-10-5
VII CONNEPI©2012

favorecidas da sociedade, evidenciando a discriminação da época. Ainda, no ano de 1937[1], houve a primeira mudança de denominação, assim as Escolas de Aprendizes e Artífices deram origem aos Liceus Profissionais, os quais passaram a oferecer ensino profissional de todos os ramos. Mais tarde, em 1942[2], os Liceus Profissionais foram transformados em Escolas Técnicas Industriais, oferecendo a formação profissional em nível secundário, o que possibilitou os alunos formados nos cursos técnicos a ingressar no ensino superior.

As Escolas Técnicas Industriais foram transformadas em autarquias em 1959[3], passando a ser denominadas de Escolas Técnicas Federais. A partir desse momento as escolas ganharam autonomia didática e de gestão. Em 1978[4], três Escolas Técnicas Federais, dos estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, deram inicio ao processo de transformação que originou os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs. A Escola Técnica Federal do Maranhão foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão – CEFET-MA[5], em 1989, através da Lei 7.863 de 30 de outubro de 1989.

No ano de 1994[6], é criado o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando outras Escolas Técnicas Federais, além das Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológicas. Este processo de transformação ocorre de forma gradativa e obedece a critérios estabelecidos pelo Ministério de Educação. Em 1997, com a assinatura do Decreto 2.208, a educação profissional é regulamentada e, também, é criado o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEB. O processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centro Federal de Educação Tecnológica é retomado em 1999.

De acordo com dados do Ministério da Educação (BRASIL, 2012), até o ano de 2002 a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica era composta por 140 unidades. No primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi lançado à primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, através da Lei 11.195 de 18 de novembro de 2005. Nesta fase, tinha-se como objetivo a criação de 64 novas unidades de ensino. Em 2007, já durante o segundo mandato do referido presidente, foi lançado à segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, dessa vez com a meta de entregar até o final de 2010 mais 150 novas unidades, totalizando ao longo de dois mandatos a criação de 214 unidades. Esse número de unidades criadas no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi superior ao total de unidades criadas ao longo de toda a história que antecedeu o seu governo. No final de 2010, a Rede Federal já era composta por 354 unidades espalhados nas mais diversas regiões do país.

Em 2008, o governo brasileiro instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Profissional e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Lei nº 11.892, aprovada em 29 de dezembro. Assim, os 31 Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, as 75 Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs, as 39 Escolas Agrotécnicas, as 8 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e as 7 Escolas Técnicas deram origem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Algumas instituições não aderiram ao processo de transformação, isto é, 2 CEFETs, 25 Escolas Vinculadas e uma Universidade Tecnológica.

A partir da Lei 11.892/2008, foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o país, sendo que alguns estados receberam somente um e outros receberam dois ou mais institutos. O estado de Minas Gerais foi o estado contemplado com o maior número de unidades, ou seja, cinco institutos, enquanto que o Maranhão foi um dos que recebeu somente um instituto.

---

[1] Assinatura da Lei nº 378 em 23/01/1937, transformando as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais.

[2] O Decreto nº 4.127, de 25/02/1942, além de transformar os Liceus Profissionais em Escolas Técnicas Industriais autorizou o ingresso ao curso superior equivalente a de sua formação.

[3] Com a Lei nº 3.552 de 16 de fevereiro de 1959, intensifica-se a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

[4] Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, autorizou a transformação de Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica.

[5] O CEFET-MA composto, inicialmente, pela sede Monte Castelo e pela Unidade de Ensino Descentralizada de Imperatriz, que foi criada através da Portaria Municipal 157, de 12 de março de 1987, nos termos do Processo nº. 23000.001936/87-41.

[6] Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Os critérios adotados pelo Ministério de Educação levavam em consideração as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.

Em agosto de 2011, dando continuidade a política de expansão da Rede Federal de Educação profissional, Científica e Tecnológica, o governo da presidenta Dilma Rousseff lançou a terceira fase do Plano. Nesta, serão criadas mais 120 unidades em todo o Brasil, elevando o número para 474 unidades.

3. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS CAMPI DO IFMA NO ESPAÇO MARANHENSE

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é caracterizada como uma política de Estado, onde a mesma não está sujeita as sazonalidades de governo, consequentemente sua ação visa resultados de médio e longo prazo.

A responsabilidade pela execução da política de expansão no Maranhão é do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Portanto, este tem, juntamente com o Ministério da Educação (MEC), a prerrogativa de decidir quais regiões deve ser contemplada ou não com unidades da expansão. O IFMA, também é responsável pela definição das modalidades de ensino e os cursos que são oferecidos à comunidade em cada um dos Campi, sendo que são levadas em consideração as afinidades regionais, bem como as principais demandas das comunidades. Nestes são oferecidos cursos de nível médio, técnico, tecnológico, graduação e pós-graduação.

A qualificação profissional tornar-se ainda mais necessária quando são analisados os dados do ministério do trabalho sobre a oferta de emprego, onde o Maranhão em 2008 registrou uma das mais elevadas do país, com a absorção de 19.334 de trabalhadores, representando um crescimento de 7,9%, em relação ao ano anterior. (SERQUEIRA, 2012).

O desenvolvimento da política de expansão da rede federal coincidiu com o momento de efervescência da economia do estado do Maranhão, onde vários empreendimentos e investimentos foram anunciados ou ampliados.

Justificando a necessidade de qualificação profissional, o secretário da Secretaria de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Pacheco (2012), destaca a necessidade de se fortalecer o caráter público da educação profissional e desenvolver uma estreita articulação desta com as políticas de desenvolvimento nacional, regional e local.

O estado do Maranhão até 2005, contava com quatro unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão – CEFET-MA, a UNED Imperatriz, a Escola Agrotécnica de São Luis[7] e a Escola Agrotécnica de Codó[8].

A partir das duas primeiras fases da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Maranhão passou a contar com dezoito Campi, os quais estão distribuídos em dezoito municípios, sendo que a capital, São Luis, possui três Campi. Também, faz parte da Rede Federal no estado três Núcleos Avançados, o Núcleo Itaqui/Bacanga, o Núcleo Bacabeira e o Núcleo Santa Rita. O primeiro ligado ao Campus Centro Histórico e os dois últimos ligados ao Campus Monte Castelo.

Percebe-se a intencionalidade do governo brasileiro em promover a desconcentração do oferecimento da educação profissional e tecnológica com a criação de unidades em diferentes lugares do país. Nesse sentido Pereira (2012), justifica que

> a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujo critério na Fase II toma como base a identificação de cidades-pólo, elevará a contribuição da rede federal no desenvolvimento sócio-econômico do país e concorrerá, sobretudo com a interiorização, para uma mais justa ordenação da oferta de EPT, ao incluir locais historicamente postos à margem das políticas públicas voltadas para esta modalidade.

Mais recentemente, como já mencionado, o governo brasileiro anunciou a 3ª fase da expansão da Rede Federal, onde o Maranhão foi contemplado com mais oito Campi[9]. Com o inicio das atividades nas unidades anunciadas, o estado maranhense contará com 26 Campi do IFMA, o que lhe permitirá abranger a quase totalidade das regiões do estado. Embora importantes centros regionais não tenham sido agraciados, até esta fase da expansão, com uma unidade, a exemplo do município de Chapadinha.

---

[7] A Escola Agrotécnica Federal de São Luiz – MA foi criada pelo Decreto nº 22.470 de 20 de outubro de 1947.

[8] Criado pela lei 1.923 de 28 de julho de 1993, com a denominação de Escola Agrotécnica Federal de Codó- MA, iniciou suas atividades em março de 1997, no Povoado Poraquê, Zona Rural de Codó/MA.

[9] Na terceira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica serão criados no Maranhão os Campi de Araioses, Coelho Neto, Grajaú, Itapecuru Mirim, Pedreiras, Presidente Dutra, São José de Ribamar e Viana.

Registra-se, ainda, que enquanto algumas regiões do estado foram mais bem aquinhoadas com Campi, como o trecho que circunda a Ferrovia Carajás, a Ilha do Maranhão, a região da Amazônia maranhense, região Central e a Região dos Cocais, outras foram menos favorecidas, recebendo apenas uma unidade, como o Sul do Maranhão.

A criação de novos Campi contribui para o processo de desconcentração e reduz a polarização exercida pela capital do estado, São Luis. Consoante Cano (2008), "... a desconcentração que se processa no sentido "estado de São Paulo ao restante do Brasil" foi acompanhada por outro vetor, no sentido "Região Metropolitana de São Paulo ao interior paulista", não só pela grande modernização do agro paulista, expandindo sua agroindústria, mas também por várias ações de políticas públicas estaduais e federais que ampliaram sobremodo a infra-estrutura interiorana, não apenas em transporte, energia e comunicações, mas, sobretudo em educação superior e Ciência e Tecnologia (C&T), que possibilitaram a desconcentração de grandes investimentos em setores produtivos de tecnologia mais avançada."

TABELA 01: Número de Matrículas no 2º Semestre de 2011 nos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA

CAMPUS	MATRÍCULAS
São Luis/Monte Castelo	5.911
Imperatriz	1.885
Zé Doca	1.069
Buriticupu	1.023
São Luis/Centro Histórico	433
Açailândia	898
Santa Inês	783
Alcântara	178
Maracanã	2.058
Codó	1.134
Timon	253
São João dos Patos	79
São Raimundo das Mangabeiras	216
Pinheiro	321
Barreirinhas	119
Bacabal	150
Barra do Corda	136
Caxias	177
TOTAL	**16.823**

FONTE: IFMA

A distribuição dos alunos por unidades do IFMA (Tabela 01) mostra um maior número de matrículas no Campus São Luis/Monte Castelo (5.911), o que é justificado pelos seguintes motivos: Primeiro, o Campus oferece o maior número de cursos, bem como modalidades de ensino diversificadas. Segundo, é a unidade mais antiga da rede no estado, consequentemente possui uma história consolidada, o que lhe favorece no processo de escolha feito pela sociedade maranhense. O terceiro e último motivo está relacionado à sua localização geográfica, na capital do estado, área de concentração populacional e de maiores investimentos econômicos do Maranhão.

Já o baixo número de matrículas nos Campi de São João dos Patos, Alcântara, Barreirinhas, Barra do Corda, Barra do Corda, Caxias, São Raimundo das Mangabeiras, Timon e Pinheiro se deve ao fato dessas unidades ter entrado em atividade recentemente e, também por não oferecerem todas as modalidades de ensino.

Com o inicio das atividades dos novos Campi e a execução do PRONATEC[10], que tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e

[10] Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Criado no dia 26 de Outubro de 2011 com a sanção da Lei nº 12.513/2011 A principal novidade do Pronatec é a criação da Bolsa-Formação, que permitirá a oferta de vagas em cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC), também conhecidos como cursos de qualificação. Oferecidos gratuitamente a trabalhadores, estudantes e pessoas em vulnerabilidade social, esses cursos presenciais serão realizados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por escolas estaduais de EPT e por unidades de serviços nacionais de aprendizagem como o SENAC e o SENAI.

Tecnológica (EPT) para a população brasileira, as projeções do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão é que no ano 2013 o número de matriculas atinja 25 mil alunos. Para os anos de 2014 e 215, as projeções são que o número de matrícula alcance 35 mil e 40 mil alunos, respectivamente.

Quanto ao quadro de servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, consta na folha de pagamento da instituição o registro de 2.229 servidores, dentre ativos permanentes (1.736), aposentados (239), requisitados (02), nomeado em cargo comissionado (03), cedidos (11), exercício descentralizado de carreira (02), exercício provisório (01), professor substituto (10), estagiário (22) e beneficiário de pensão (203). Indiretamente, o instituto absorve um número significativo de trabalhadores, através de empresas terceirizadas, contratadas para prestarem serviços de vigilância, operacional, técnicos e manutenção. (IFMA, 2012).

4. O PAPEL DO IFMA NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO NOROESTE MARANHENSE

O noroeste do estado do Maranhão, região que coincide com a área de influência da Estrada de Ferro Carajás (EFC), conta com cinco Campi do IFMA, os quais estão localizados nos municípios de Santa Inês, Buriticupu, Açailândia, Zé Doca e Imperatriz (Figura 02). Os três primeiros são influenciados diretamente pela EFC, posto que são atravessadas pelos trilhos da referida ferrovia. Enquanto, que a influência sobre os municípios de Zé Doca e Imperatriz ocorre de forma indireta, uma vez que seus territórios não são cortados pela EFC.

A Estrada de Ferro Carajás, tem 892 km de extensão (sendo 685 km em território maranhense), interligando as reservas minerais da Serra dos Carajás, no Pará, ao porto Ponta da Madeira, em São Luís. A Estrada de Ferro Carajás é operada pela Vale , possui 5 estações, 10 paradas e percorre uma longa distância, ligando os municípios de São Luís, Santa Inês, Açailândia, Marabá e Parauapebas. Apesar dos problemas enfrentados pelo transporte de passageiros de longa distância no Brasil, este sistema transporta atualmente cerca de 1.100 usuários/dia (VALE, 2012).

A economia dos municípios margeados pela EFC e que possuem unidades do IFMA, Santa Inês, Buriticupu e Açailândia, possuem economias diversificadas, havendo diferenças entre as principais atividades desenvolvidas por estes municípios. A agricultura, a pecuária, o comércio e a prestação de serviços são as atividades comuns desenvolvidas.

O município de Santa Inês se destaca regionalmente na produção agropecuária, onde as terras são utilizadas predominantemente para a criação de bovinos, embora também apresente a criação suína e caprina.

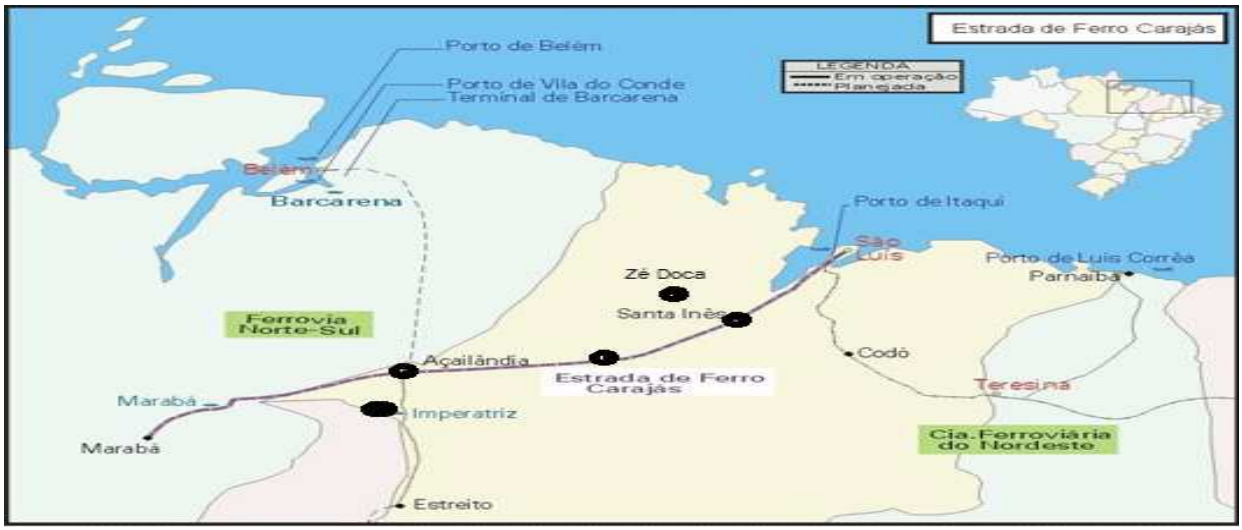
> As terras são, predominantemente, voltadas para as pastagens plantadas, caracterizadas pela utilização de gramíneas forrageiras propícias para a criação extensiva de gado. Ao compararmos as duas, verifica-se a baixa utilização das terras em lavouras temporárias que possuem íntima ligação com os hábitos alimentares e até mesmo culturais da população local. (Santa Inês, 2012).

Buriticupu, mais novo município dentre os analisados, teve sua emancipação política, somente no ano de 1994, através da Lei Estadual – 6.162/94, sendo que o município foi instalado em 1997. Na economia buriticupuense há predominio de atividades ligada a exploração madeireira. A extração e o beneficiamento de madeira nas serrarias responde pelo emprego de um grande número de pessoas no município. Esta atividade também fornece madeira para as usinas guseiras instaladas na região.

Parente (2012), argumenta que

> A instalação de usinas de ferro-gusa às margens da EFC desencadeou o surgimento de grandes impactos socioambientais. As siderúrgicas consomem grandes quantidades de carvão vegetal, pois este insumo é utilizado como matéria-prima para a obtenção de ferro-gusa. O carvão vegetal é produzido a partir da queima de madeira, freqüentemente proveniente da derrubada da floresta nativa. Dessa maneira, a presença das usinas siderúrgicas na região representa um novo agente do desmatamento, ameaçando a biomassa amazônica e alterando de forma significativa o meio-ambiente.

FIGURA 02: Estrada de Ferro Carajás e Sedes dos Campi do IFMA situados no Noroeste do Maranhão



FONTE: http://logisticaetransportes.blogspot.com/2007/05/estrada-de-ferro-carajs. Acesso: 26 jul. 2012.

O município de Açailândia tem uma economia baseada na exploração do ferro gusa, através das usinas siderúrgicas localizadas em seu território. Também contribui para o crescimento econômico, a indústria madeireira e de móveis. Segundo dados da Secretária de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) do estado do Maranhão, no ano de 2008, Açailândia foi o município que apresentou o 2º maior Produto Interno Bruto (PIB), superando Imperatriz e ficando atrás somente da capital, São Luís (Tabela 02).

TABELA 02 : PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DOS CINCOS MAIORES MUNICÍPIOS DO MARANHÃO (2008)

Maranhão		**38.486.883**	**100%**	**6.305.539**
Municípios	**N º**	**PIB Mil R$**	**% PIB**	**População**
São Luis	1º	14.724.330	38,26	986.826
Açailândia	2º	1.767.453	4,59	100.017
Imperatriz	3º	1.740.931	4,52	236.311
Balsas	4º	897.281	2,33	81.497
Caxias	5º	738.456	1,92	147.416
	-	**19.868.470**	**51.62**	**1.552.067**

Fonte: http://www.seplan.ma.gov.br/images/stories/PIB_info_5minicip.pdf. Acesso em: 25 jul. 2012

Ainda, segundo dados da Tabela 02, percebe-se que populacionalmente o município de Açailândia apresenta números inferiores a São Luis, Imperatriz e Caxias. A sua população é superior apenas em à de Balsas, dentre os municípios que apresentam os maiores índices do PIB. A força economia de Açailândia se deve a exploração das guseiras do município.

Frente a essas breves características econômicas, sociais e ambientais da região de influência da EFC, cabem aos Campi do IFMA, sobretudo os localizados nos cinco municípios citados anteriormente, o desafio de contribuir com o processo de desenvolvimento, mas que essa contribuição não se resuma somente ao fornecimento de mão-de-obra qualificada para os grandes empreendimentos e sim, através da oferta de cursos de nível médio e superior, que possam contribuir com a formação de sujeitos conscientes e que valorize as riquezas naturais e humanas da área. Caso contrário, a contribuição do Instituto Federal do Maranhão servirá, contraditoriamente, para agravar os problemas verificados nessa região.

Segundo dados do IFMA (2012), os cursos ofertados pelos Campi localizados na região analisada tem relação direta com as principais atividades econômicas desenvolvidas nesses municípios (Tabela 03). Verifica-se que os cursos oferecidos nos Campi de Imperatriz e Santa Inês são direcionados para os setores industriais, construção, prestação de serviços e para o comércio. Enquanto que nos Campi de Açailândia e Buriticupu ganha importância os cursos ligados à questão ambiental, embora apresentem também cursos direcionados para a indústria, prestação de serviços e comércio. Já o Campus de Zé Doca tem como foco principal a área de biocombustíveis.

TABELA 03: CAMPUS, CURSOS E NÍVEIS OFERECIDOS PELO IFMA

Campus	Cursos	
	Médio	**Superior**
Imperatriz	Edificações; Eletromecânica; Construção de Obras; Eletrotécnica; Informática; Infraestrutura Escolar e Segurança do Trabalho.	Física e Ciências da Computação
Açailândia	Florestas; Automação Industrial; Meio Ambiente; Alimentos; Metalurgia; Eletromecânica e Alimentação Escolar.	Química
Buriticupu	Meio Ambiente; Controle Ambiental; Agronegócios; Administração; Secretariado Escolar; Vendas; Cooperativismo; Informática e Agroecologia.	Biologia; Química e Gestão Pública.
Zé Doca	Biocombustíveis; Analise Química; Saneamento Ambiental; Alimentos; Secretariado Escolar e Gerenciamento em Unidades de Alimentação.	Química e Tecnólogo em Alimentos
Santa Inês	Logística; Vendas; Cooperativismo; Operações Logísticas; Infraestrutura Escolar; Administração; Edificações e Segurança no Trabalho.	Administração; Tecnólogo em Construção de Edifícios e Física.

FONTE: IFMA

A partir da análise dos cursos ofertados pelo IFMA, percebe-se a ausência de cursos direcionados para o setor agropecuário, o que de certa desvaloriza o grande potencial de toda a região noroeste do estado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação e o anúncio de novos empreendimentos no espaço maranhense têm proporcionado o crescimento da oferta de emprego, o que tem exigido um maior número de profissionais com nível de qualificação bem mais elevado. Nesse sentido, a política de expansão da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica tem um relevante papel na qualificação de profissionais a serem absorvidos pelos grandes projetos econômicos que se instalam no estado.

Ressalta-se que, embora o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão esteja presente nas diversas regiões do estado, a sua atuação pode ser ainda mais ampliada, seja através da criação de novas unidades ou da abertura de um número maior de vagas nas unidades já existentes.

Mediante o processo de expansão da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Profissional, verifica-se que os efeitos se dão em todo o estado do Maranhão, seja a partir da oferta de educação profissional, técnica ou tecnológica nas diferentes modalidades, seja através do emprego direto ou indireto de mão-de-obra nos diversos Campi do Instituto Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica. Portanto, ao longo dos mais de cem anos, a Rede Federal de Educação, Profissional, Cientifica e Tecnológica tem desempenhado um relevante trabalho no estado do Maranhão, refletindo no seu desenvolvimento socioespacial e regional.

A região noroeste do Maranhão a partir das diferentes fases da política de expansão da Rede Federal recebeu um número razoável de unidades, o que a faz uma das mais contempladas áreas do estado por tal política. Espera-se que as unidades do IFMA possam aprimorar os serviços oferecidos à população e, consequentemente corrigiam algumas das distorções que existem, principalmente em relação aos cursos ofertados e as aptidões dos lugares. Assim, certamente estarão ampliando as suas ações no sentido de promover o desenvolvimento regional, sem que isso represente a degradação ambiental e exploração das pessoas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Tânia Bacelar de**.** O Novo Nordeste e o Brasil. In: **O NOVO NORDESTE E O BRASIL**. 2008, Teresina-PI. **Anais...** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Brasileira de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em: 18 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Mapa261208**. IFS no Brasil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mapa261208.pdf. Acesso em: 15 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **LEI 11.892 de 29 de Dezembro de 2008**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php. Acesso em: 16 jun. 2012.

CANO, Wilson. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2**005. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PACHECO, Eliezer Moreira. PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. MOISÉS SOBRINHO, Domingos. **Educação profissional e tecnológica:** das Escolas de Aprendizes Artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. T&C Amazônia**, Ano VII, n. 16, fev.2009. Disponível em: http://portal.fucapi.br/tec/imagens/revistas/001_ed016_educacao%20profissional_Tec.pdf. Acesso em: 17 jun. 2012.

PACHECO, Eliezer Moreira. PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. MOISÉS SOBRINHO, Domingos. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades.** Linhas Críticas, Vol. 16, Nº 30 (2010). Disponível em: http://seer.bce.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewArticle/1429. Acesso em: 15 jun. 2012.

PARENTE, I. C. I. . **A Escravidão Contemporânea e o Desmatamento da Floresta Amazônica**. In: V Encontro Nacional da ANPPAS, 2010, Florianópolis. V ENANPPAS, 2010. v. V. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT2-311-227-20100902093427.pdf. Acesso em: 01 ago. 2012.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A Rede Federal de Educação Tecnológica e o Desenvolvimento local.** 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades). Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2003. Disponível em: http://www.ucam-campos.br/ucamcidades/dissertacoes/dissertacoes-1/dissertacoes-2003/Luiz_Augusto_C_Pereira.pdf. Acesso em: 15 jun. 2012.

SANTA INÊS. Prefeitura Municipal. Aspectos Econômicos. Disponível em: http://www.santaines.ma.gov.br/aspecto.php?cidade_tipo=E. Acesso em: 05 ago 2012.

SERQUEIRA, Carla. **Maranhão:** porto seguro para o desenvolvimento. Disponível em: http://www.tendenciasemercado.com.br/supermaterias/maranhao-porto-seguro-para-o-desenvolvimento. Acesso em: 22 jun. 2012.

VALE. Estrada de Ferro Carajás. Disponível em: http://www.vale.com.br/pt-br/o-que-fazemos/logistica/trens-de-passageiros/estrada-de-ferro-carajas/Paginas/default.aspx. Acesso em: 05 ago. 2012.